 doi: https://doi.org/10.35699/2525-8036.2022.36093

RASTROS E RUÍNAS DA MERCANTILIZAÇÃO DA NATUREZA: O ESTADO E A EXPANSÃO DO CAPITAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA A PARTIR DA CONSTRUÇÃO DA USINA HIDRELÉTRICA DE BELO MONTE*

*Brunno Victor Freitas Cunha*** & *Izabela Santarelli Ferraz****

Resumo: O projeto de construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte foi caracterizado, desde o início de sua formulação, pela discricionariedade em torno de sua implementação e questionamentos sobre sua viabilidade. Desse modo, este artigo tem como objetivo compreender como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte operou de modo a expandir o capital para a Amazônia brasileira por meio de políticas estatais, caracterizando o Estado como um aliado da expansão capitalista, degradação ambiental e da destruição dos modos de vida dos povos indígenas, ribeirinhos e da população local. Assim, perpassa-se inicialmente a análise do papel do Estado no sistema capitalista, a partir dos conceitos de Estado Ampliado e acumulação primitiva. Em segundo momento, busca-se compreender a atuação do Estado no território amazônico, especialmente durante os governos do Partido dos Trabalhadores (2002-2016). Por fim, procura-se compreender a construção de Belo Monte a partir de empreendimentos levados à cabo por meios extraeconômicos, que resultaram na destruição do meio ambiente natural e social amazônico. A análise é realizada através da ferramenta metodológica de Estado Ampliado e da teoria marxista acerca da acumulação primitiva de capital, e baseou-se na análise de fontes secundárias. Conclui-se que o processo envolveu a pilhagem, a degradação ambiental, controle do território e violência sistemática, auxiliando na expansão do capital.

Palavras-chave: Usina Hidrelétrica de Belo Monte; Estado ampliado; Expansão capitalista; Amazônia.

TRACES AND RUINS OF THE COMMODIFICATION OF NATURE: THE STATE AND THE EXPANSION OF CAPITAL IN THE BRAZILIAN AMAZON THROUGH THE CONSTRUCTION OF THE BELO MONTE HYDROELECTRIC PLANT

Abstract: The project to build the Belo Monte Hydroelectric Plant was characterized, from the beginning of its formulation, by discretion around its implementation and questions about

* Uma versão preliminar deste artigo foi apresentada no VI Seminário Discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (UFMG). Agradecemos grandemente, portanto, aos comentários dos debatedores Natasha Karenina de Sousa Rego (UESPI) e Natanael de Alencar Santos (UFSCAR).

** Mestrando em Relações Internacionais no Instituto de Relações Internacionais da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (IRI/PUC-Rio), Brasil. Bolsista CAPES. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3472-3269. Contato: brunnovictorfc@gmail.com.

*** Graduanda em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil; bolsista CNPq na Iniciação Científica *Empregos Verdes: teoria tradicional e crítica ecossocialista*, orientada pelo professor Gustavo Seferian Scheffer Machado (UFMG). ORCID: https://orcid.org/0000-0002-4850-1651. Contato: belasantarelli@gmail.com.

its viability. Thus, this article aims to understand how the construction of the Belo Monte Hydroelectric Plant operated in order to expand the capital into the Brazilian Amazon through state policies, characterizing the State as an ally of capitalist expansion, environmental degradation and destruction of the ways of life of indigenous peoples, riverbank dwellers and the local population. Thus, we initially analyze the role of the State in the capitalist system, based on the concepts of the Expanded State and primitive accumulation. Secondly, we seek to understand the role of the State in the Amazonian territory, especially during the governments of the Workers' Party (2002-2016). Finally, it seeks to understand the construction of Belo Monte from ventures carried out by extra-economic means, which resulted in the destruction of the Amazonian natural and social environment. The analysis is carried out through the methodological tool of the Extended State and the Marxist theory of the primitive accumulation of capital, and is based on the analysis of secondary sources. It is concluded that the process involved plundering, environmental degradation, control of territory, and systematic violence, aiding in the expansion of capital.

Keywords: Belo Monte Hydroelectric Plant; Expanded State; Capitalist expansion; Amazon region.

HUELLAS Y RUINAS DE LA MERCANTILIZACIÓN DE LA NATURALEZA: EL ESTADO Y LA EXPANSIÓN DEL CAPITAL EN LA AMAZONIA BRASILEÑA A PARTIR DE LA CONSTRUCCIÓN DE LA CENTRAL HIDROELÉCTRICA DE BELO MONTE

Resumen: El proyecto de construcción de la Central Hidroeléctrica de Belo Monte se caracterizó, desde el principio de su formulación, por la discreción en torno a su implantación y por las dudas acerca de su viabilidad. Así, este artículo pretende entender cómo la construcción de la Central Hidroeléctrica de Belo Monte operó para expandir el capital en la Amazonía brasileña a través de políticas estatales, caracterizando al Estado como aliado de la expansión capitalista, de la degradación ambiental y de la destrucción de los modos de vida de los pueblos indígenas, ribereños y de la población local. Así, se realiza inicialmente un análisis del papel del Estado en el sistema capitalista, a partir de los conceptos de Estado Ampliado y acumulación primitiva. En segundo lugar, buscamos entender la actuación del Estado en el territorio amazónico, especialmente durante los gobiernos del Partido de los Trabajadores (2002-2016). Por último, busca comprender la construcción de Belo Monte a partir de emprendimientos realizados por medios extraeconómicos, que resultaron en la destrucción del medio natural y social amazónico. El análisis se realiza mediante la herramienta metodológica del Estado ampliado y la teoría marxista de la acumulación primitiva de capital, y se basa en el análisis de fuentes secundarias. Se concluye que el proceso implicó el saqueo, la degradación del medio ambiente, el control del territorio y la violencia sistemática, ayudando a la expansión del capital.

Palabras clave: Central Hidroeléctrica de Belo Monte; Estado ampliado; Expansión capitalista; Amazonía.

1 Introdução

O Estado é parte essencial na manutenção do sistema capitalista.[1] Seja na expansão do capital, seja nas práticas de legitimação da exploração do trabalho e da natureza, ambas contribuindo para a contínua recriação do sistema. No caso da Amazônia brasileira, a concepção do território como um espaço nulo à espera da apropriação pelo capital configura práticas de extensiva exploração e destruição do meio ambiente natural e social. Convivem num mesmo espaço a pilhagem, a apropriação do território e a violência sistemática combinadas à destruição ambiental.[2] As grandes obras realizadas pelo governo brasileiro na região estão inseridas nesses processos.

Desse modo, o artigo objetiva compreender como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte operou de modo a expandir o capital na Amazônia brasileira por meio de políticas estatais, tornando o Estado aliado da expansão capitalista, degradação ambiental e do impedimento da reprodução da vida das populações locais e tradicionais. Para isso, nos baseando em uma metodologia qualitativa a partir de fontes primárias e secundárias, propõe-se aqui examinar o papel do Estado brasileiro durante o governo do Partido dos Trabalhadores (2002-2016) na expansão do capitalismo por meio da construção de megaprojetos. Utiliza-se, como ferramenta metodológica, o conceito de Estado Ampliado, como defendido por Sônia de Mendonça[3]. A compreensão do Estado a partir de um entendimento que combate as noções mais estritas permite abarcar nas ações e limites do próprio Estado entidades que não são, por costume, incorporadas no conceito de Estado, tais como a própria sociedade civil, muitas vezes contraposta às instituições estatais. A partir desse conceito, o Estado supera tanto o papel estrito de sujeito quanto de objeto. Ele passa a ser compreendido enquanto uma relação entre forças sociais que lutam para exercerem influência política e social através de suas instituições.[4]

O artigo é dividido em quatro partes. Perpassa-se, em primeiro momento, por uma caracterização do papel do Estado no capitalismo e suas formas de desapropriar o bem comum em favor do avanço do capital, caracterizando o processo de acumulação primitiva.

---

[1] HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.
[2] MICHELOTTI, Fernando; MALHEIRO, Bruno. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 650, 2020.
[3] MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e o Marxismo*, v .2, n. 2, p. 27-43, jan/jul 2014.
[4] MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e poder no brasil: abordagens teórico-metodológicas. In: ANPUH – XXII Simpósio nacional de história – João Pessoa, 2003. *Anais* [...]. João Pessoa: 2003.

Na segunda e na terceira seção, por sua vez, realiza-se uma análise histórica mais detalhada da relação do Estado brasileiro com a região amazônica, com foco nos procedimentos pelos quais o território amazônico foi sucessivamente incorporado à racionalidade capitalista, por meio dos processos de pilhagem, apropriação do território, violência sistemática e devastação ambiental. Nesse capítulo, busca-se compreender, principalmente, como se deu a lógica que orientou os governos petistas e propiciou a construção da Usina Hidrelétrica no período em questão. Por fim, busca-se compreender como a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte atuou na expansão capitalista na Amazônia brasileira, bem como seus impactos sociais e ambientais. Buscamos, assim, esboçar uma compreensão de como processos extra-econômicos possibilitaram a acumulação de capital através do cercamento de bens comuns no processo de construção da Usina. Para compreender tal processo de lutas sociais, relaciona-se também com os modos de resistência ao empreendimento, evidenciando a correlação de forças desiguais característica do Estado brasileiro.

2 O Estado e o capitalismo: Estado-ampliado e acumulação primitiva contínua

O Estado está intrinsecamente inserido nos processos de manutenção da ordem capitalista, não sendo possível compreendê-lo como uma entidade externa ou neutra. Nesse sentido, Karl Marx e Friedrich Engels afirmam que o "Estado não é nada mais do que a forma de organização que os burgueses se dão necessariamente, tanto no exterior como no interior, para a garantia recíproca de sua propriedade e de seus interesses".[5] Assim, ele exerce um papel central na organização do sistema capitalista, tendo isso em vista, propõe-se aqui compreender um dos meios pelos quais a expansão desse modo de produção se efetiva a partir da relação dialética entre Estado e forças sociais.

Porém, para além de um ente subordinado às vontades e necessidades do modo de produção capitalista, que exerce seu poder por meio da coerção, compreendemos o Estado a partir do conceito gramsciano de Estado Ampliado. Segundo Sônia de Mendonça, o Estado não pode ser concebido enquanto um mero reflexo da economia capitalista, tampouco, como concebem as abordagens liberais, enquanto um ente monolítico acima da sociedade[6]. Para combater essa visão, que recai na sobrepujança das instituições estatais sobre a sociedade civil - a saber, movimentos sociais e o espaço em que se dá a própria luta de classes -, é

[5] MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 75.
[6] MENDONÇA, O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica, *cit.*

necessário lançar mão de diferentes modos de examinar a correlação de forças entre a classe dominante, assentada nos instrumentos de proteção do Estado, e a classe dominada.[7]

Assim, o Estado deve ser concebido mediante uma leitura dialética. Segundo Robert Cox, partindo de uma perspectiva gramsciana, o Estado não se define apenas por seus aparatos burocráticos, incluindo o monopólio legítimo da violência, mas também pela hegemonia burguesa exercida sobre a estrutura social.[8] José Adams e Mariana Pfeifer afirmam, nesse sentido, que a compreensão do Estado Ampliado também pressupõe compreender o papel da hegemonia burguesa na formação de ideologias, que determinam a superestrutura.[9]

Desse modo, a hegemonia burguesa se exerce e está profundamente inserida na sociedade civil, de modo que muitas vezes não se precisa do controle direto do Estado para continuar alcançando seus interesses.[10] Assim, faz-se importante englobar também as mudanças impostas não somente a partir da violência e da coerção, mas também a partir do consenso. Diante disso, o Estado, mediante a correlação de forças de diferentes atores sociais, que também determinam e são determinados por ordens hegemônicas globais, atua criando condições para que o modo de produção se reproduza constantemente[11]. Uma dessas formas ocorre a partir do processo de acumulação de capital.

De acordo com David Harvey, o sistema capitalista tende à expansão constante de sua lógica e de suas relações de produção para territórios ainda não incorporados às dinâmicas de produção capitalista.[12] O Estado, conforme conceituado acima, possui um papel essencial, embora não seja de sua exclusividade, nos processos de expansão do capital. Para que tal expansão ocorra, entretanto, é necessário estabelecer as bases sobre as quais a acumulação de capital se sustenta e se expande, pois "[a] relação capitalista pressupõe a separação entre os trabalhadores e a propriedade das condições da realização do trabalho"[13] e não ocorre sem que tal separação já tenha sido realizada. Esse processo foi chamado por Karl Marx de *acumulação primitiva* e, em seus termos:

---

[7] *Idem*.
[8] COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983.
[9] ADAMS, José Rodrigo Barth; PFEIFER, Mariana. O Estado ampliado de Gramsci. *Mosaico Social*, v. 3, n. 3, p. 239-248, 2006.
[10] COX, Gramsci, hegemony and international relations, *cit*.
[11] COX, Robert W. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 10, n. 2, p. 126–155, 1981.
[12] HARVEY, *A Produção Capitalista do Espaço*, *cit.*
[13] MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. *In*: MARX, Karl. *O capital:* crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

> O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre o trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados[14]

Tendo em vista a tese de Marx, Massimo De Angelis propõe uma reinterpretação de sua teoria da acumulação primitiva, para dar conta da ofensiva neoliberal em nível global. Segundo o autor, a acumulação primitiva em Marx denota tanto um processo histórico - no sentido de acumulação originária, portanto temporalmente anterior e como pré-condição do capitalismo - quanto contínuo do desenvolvimento do modo de produção capitalista.[15]

Sua expansão envolve, portanto, a instituição de uma sociabilidade baseada em relações de exploração. Devido à consequente alienação dos trabalhadores no processo de produção, envolve também a imposição de um distanciamento em relação à natureza, que passa a ser vista como apartada da vida humana[16], pois "desconhecer a relação com o mundo combina-se com o processo de negação do ser humano frente à sua atividade vital; e negar seu trabalho é também tornar-se alheio à própria natureza".[17] Assim, compreende-se que, para além de um processo estritamente socioeconômico, a destituição dos trabalhadores de seus meios de produção e reprodução de suas vidas ocorre também a partir de um movimento de ruptura da inter-relação entre metabolismo social e natural.[18]

Ademais, o que torna a acumulação primitiva distinta da *reprodução ampliada* do capital[19] é a sua condição de implementação por meios extra-econômicos, como o Estado[20], o que envolve suas instituições, como o direito,[21] e não sua localização temporal específica

---

[14] *Idem*.

[15] DE ANGELIS, Massimo. Marx and primitive accumulation: the continuous character of capital's "enclosures". *The Commoner*, v. 2, p. 1-22, set. 2001.

[16] SAITO, Kohei. Primitive Accumulation as the Cause of Economic and Ecological Disaster. *In*: MUSTO, Marcello (ed.). *Rethinking Alternatives with Marx*: Economy, Ecology and Migration. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2021, p. 93-112.

[17] RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A natureza da natureza em marx. *Revista TOMO*, São Cristóvão, v. 17, p. 153-181, jul./dez. 2010.

[18] SAITO, Primitive Accumulation as the Cause of Economic and Ecological Disaster, cit.

[19] Ou dinâmica de reprodução capitalista, refere-se ao "processo de valorização cíclica do dinheiro e transformação dele em capital, por meio, fundamentalmente, do processo de exploração do trabalho, que gera um novo valor ou um mais-valor". MICHELOTTI; MALHEIRO, Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia, *cit*., p. 647.

[20] DE ANGELIS, Marx and primitive accumulation, *cit*.

[21] SEFERIAN, Gustavo; MARQUES, Bruna Maria Expedito. Acumulação primitiva, luta de classes e direito do trabalho: olhares ecossocialistas para a ofensiva capitalista contemporânea e as consequentes contrarreformas trabalhistas no Brasil. *Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia*, Salvador, v. 9, n. 12, p. 133-151, ago. 2020.

no contexto de transição do modo de produção feudal para o capitalista, nem mesmo um modo específico de separação, a dizer o cercamento de terras comunais[22]. Caso contrário, se tomássemos uma localização temporal e geográfica única, isso significaria centralizar o surgimento e desenvolvimento do capitalismo na Europa e esquecer suas conexões transnacionais[23] e as complexidades envolvidas em sua constituição[24], especialmente quando consideramos a não correspondência entre estrutura capitalista mundial e universalidade das relações de produção capitalistas[25], bem como formas de expansão em contextos em que as relações capitalistas já estavam presentes, mas devido ao caráter contínuo da luta de classes foi necessário uma nova ofensiva para torná-las possíveis[26]. Assim, a dissociação/separação dos trabalhadores de seus meios de produção pode ser (re)produzida, adaptada e intensificada de diferentes maneiras, em diferentes localizações geográficas e diferentes fases do processo de acumulação capitalista,[27] o que significa também compreender que a acumulação primitiva em uma determinada localidade geográfica pode corresponder a um processo de r*eprodução ampliada* de capital em outro local.[28]

3 O capital na Amazônia e o Estado brasileiro: acumulação primitiva e os hidro-recursos

Tendo em vista o referencial teórico construído até então, buscamos agora compreender algumas das formas pelas quais o capitalismo se expande na região da Amazônia brasileira, valendo-se da exploração da natureza e gerando consequências políticas, sociais, econômicas e culturais nefastas sobre as populações locais e tradicionais. Partindo de uma compreensão do território amazônico que o concebem como uma região inabitada e lugar de um ecossistema inesgotável, o capital, compreendendo a natureza

---

[22] GLASSMAN, Jim. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by 'extra-economic' means. *Progress in Human Geography*, v. 30, n. 5, p. 608-625, 2006.
[23] ROBINSON, Cedric J. Racial Capitalism: The Nonobjective Character of Capitalist Development. *In*: ROBINSON, Cedric J. *Black marxism*: the making of the Black radical tradition. 3 ed. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020, p. 9-28.
[24] GLASSMAN. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by 'extra-economic' means. *cit.*
[25] SHILLIAM, Robbie. Hegemony and the Unfashionable Problematic of 'Primitive Accumulation'. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 32, n. 1, p. 59-88, 2004.
[26] DE ANGELIS, Marx and primitive accumulation, *cit.*
[27] BÜSCHER, Bram; FLETCHER, Robert. Accumulation by Conservation. *New Political Economy*, v. 20, n. 2, 2015, p. 1-21.
[28] DE ANGELIS, Marx and primitive accumulation, *cit.*

enquanto apartada das relações sociais e ao dispor das necessidades mercantis, apropria de seu bem comum, e o faz tendo apoio necessário do Estado.[29]

Segundo Fernando Michelotti e Bruno Malheiro, a expansão capitalista no território amazônico no século XXI caracteriza continuidades do processo histórico de expansão do capital na região. Tal expansão ocorre através de três processos, são eles: "a pilhagem; a dominação da terra e o controle do território; e a violência e a devastação sistemáticas".[30] Tais dinâmicas são inter-relacionadas e interdependentes, se realizando majoritariamente através do apoio e/ou legitimação do Estado. Como afirmam Michelotti e Malheiro, o capitalismo na Amazônia "envolve uma relação imediata entre atividades totalmente atreladas aos mais modernos sistemas financeiros, usando, até mesmo, de alta densidade técnica, e a realização de processos violentos, quase sempre mediados ou empreendidos pelo próprio Estado".[31] Desse modo, demonstra-se um claro vínculo entre processos extra-econômicos para consolidação das relações capitalistas - a chamada acumulação primitiva - e de expansão do capital atrelado a dinâmicas de produção e circulação de valor em nível global.

Em relação à pilhagem no contexto da expansão do capital para a Amazônia, embora tenha sido um termo cunhado para caracterizar processos que ocorreram no contexto da colonização, os processos de (neo)extrativismo na Amazônia lhe dão um novo sentido. Isso ocorre devido à legitimidade das ilegalidades na exploração da natureza concedidas pelo Estado e pelo direito. Assim, a pilhagem é realizada a partir da "suspensão de ordenamentos jurídicos para legitimar o saque sem precedentes dos recursos naturais"[32] e suas dinâmicas de exploração apoiam-se numa retórica que parte da concepção da floresta e sua biodiversidade como sempre disponíveis e inesgotáveis.[33]

Já em relação à dominação da terra e ao controle do território amazônico, afirma-se que a presença do capital faz com que haja uma expansão constante das fronteiras do capital na Amazônia, estabelecendo-se, a partir dessa organização, fluxos de circulação de mercadorias.[34] Estabelecendo um paralelo com Carlos Brandão, pode-se definir o Estado brasileiro como "um Aparelho Mercantil com massas e circuitos de valorização mercantis

---

[29] LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, ago. 2002.
[30] MICHELOTTI; MALHEIRO, Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia, *cit*., p. 650.
[31] *Ibidem*, p. 645-646.
[32] *Ibidem*, *cit*., p. 651.
[33] LOUREIRO, Amazônia, *cit.*
[34] MICHELOTTI; MALHEIRO, Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia, *cit.*

sofisticados, fundados na extensividade e no expansionismo territorial predatório".[35] Portanto, ocorre uma preservação de estruturas de dominação, incluindo-se nesta gama sistemas latifundiários que voltam seus esforços para a despossessão do que antes constituía-se enquanto bem comum.

Por fim, Michelotti e Malheiro discorrem sobre processos de violência e devastação sistemáticos. Os autores afirmam que "a maior parte dos processos de violência extrema contra as pessoas se deu nas áreas em que também ocorreram fortes processos de destruição da natureza originária, articulando devastação e violência".[36] É importante compreender como violência não somente as ações que se dão mediante a materialidade da vida, mas também nos níveis subjetivos e intersubjetivos das populações tradicionais.

Tendo isso em vista, pretende-se aqui relacionar os processos de pilhagem, controle do território e violência na Amazônia à construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Argumentamos, nesse sentido, que há relação entre a construção dos grandes projetos hidrelétricos com o fornecimento de energia para a mineração[37] e com a expansão da agropecuária na Amazônia.[38] Desse modo, não são uma forma de geração de energia de baixo impacto ecológico. Assim, conectadas ao contexto global, as hidrelétricas funcionam como eixos de apropriação de recursos naturais pelas dinâmicas produtivas.

Sua construção e operação favorecem processos de acumulação de capital a partir da acumulação primitiva[39], que não só separa os trabalhadores de seus meios de produção de diferentes maneiras, como institui um processo de fratura metabólica ao instituir um relacionamento com a natureza inerentemente predatório[40] e com impactos desiguais sobre aqueles que os sentem diretamente e aqueles que mais se beneficiam da construção dos projetos, seja pela energia gerada, seja pelos recursos econômicos direcionados para construí-las e operá-las.[41] Tal relação entre construção de hidrelétricas com a acumulação

---

[35] BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; ACSERALD, Henri *et al*. (orgs.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010, p. 39.

[36] MICHELOTTI; MALHEIRO, Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia, *cit*., p. 652.

[37] BERMANN, Célio *et al*. Usinas hidrelétricas na Amazônia – o futuro sob as águas. *In*: Seminário Políticas públicas e obras de infraestrutura na Amazônia, 2010, Brasília. *Anais* [...] Brasília: Inesc, 2010.

[38] MEIRELLES FILHO, João Carlos de Souza. É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, v. 9, n. 1, jan.-abr. 2014.

[39] WHITEHEAD, Judy. Space, Place and Primitive Accumulation in Narmada Valley and Beyond. *Economic and Political Weekly*, v. 38, n. 40, p. 4224-4230, out. 2003.

[40] RODRIGUES, Edmilson Brito. *Território e soberania na globalização:* Amazônia, jardim de águas sedento. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

[41] WHITEHEAD, Space, Place and Primitive Accumulation in Narmada Valley and Beyond, *cit*.

primitiva já foi evidenciada a partir de diferentes perspectivas que demonstraram a relação entre hidrelétricas, um imaginário de modernização/progresso, despossessão de territórios - diretamente pelos alagamentos ou indiretamente pelo avanço de novas atividades econômicas capitalistas para as regiões -, proletarização, violência e desmantelamento de relações produtivas e modos de vida não inseridos na lógica capitalista.[42]

No caso do Brasil, a construção de hidrelétricas foi priorizada no eixo de produção energética em diferentes períodos históricos em nome do projeto modernizador. No curso da ditadura empresarial-militar (1964-1985), por exemplo, para além da pouca ou nenhuma preocupação social em relação à natureza, os projetos hidrelétricos eram pensados a partir de uma ideologia que os justificava segundo o potencial desenvolvimentista que podia gerar para o país.[43] A partir da autonomia concedida à Eletrobrás pelo governo ditatorial e pelo papel central da estatal, houve um crescimento exponencial de hidrelétricas, sendo contabilizadas 61 grandes barragens no final do período da ditadura empresarial-militar.[44]

Mesmo após a criação do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) no ano de 1981, em que os impactos ambientais passaram a ser considerados na implementação de projetos, o Plano Nacional de Energia Elétrica (1990-2015) seguiu desconsiderando a finitude dos recursos naturais, ao ter previsto a construção de 494 usinas até o ano de 2015.[45] Assim, a dependência econômica do Brasil para com a exploração de recursos - sejam naturais ou humanos, pela exploração do trabalho - ganha uma nova tônica a partir do avanço progressista no país, em que a natureza é compreendida, acima de tudo, enquanto recurso a ser apropriado.

4 O desenvolvimento nacional e a Amazônia Brasileira

As políticas desenvolvimentistas implementadas pelo Estado brasileiro serviram a propósitos de apropriação dos territórios e dominação política, econômica e cultural da

[42] HERVÁS, Ismael De La Villa. La producción del espacio social en la Amazonía brasileña a través de las represas hidroeléctricas: el caso del conflicto de Belo Monte**.** *Relaciones Internacionales*, v. 45, p. 185-204**,** out. 2020. Ver também: GONER, Ozlem; REBELLO, Joseph T. State violence, nature, and primitive accumulation: dispossession in Dersim. *Dialectical Anthropology*, v. 41, n. 1, p. 33-54, mar. 2017.
[43] COLITO, Maria Clementina E. A Construção de Usinas Hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço: comunidades rurais ameaçadas pela U.h. de Jataizinho - Rio Tibagi/Pr. *Serviço Social em Revista*, v. 2, n. 2, jan./jun. 2000.
[44] OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, mai./ago. 2018.
[45] COLITO, A Construção de Usinas Hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço, *cit.*

Amazônia brasileira[46]. No governo de Getúlio Vargas, por exemplo, para além das políticas de industrialização e urbanização, foram realizadas medidas para impedir a migração de trabalhadores rurais para os centros urbanos, de modo que a migração para *espaços vazios*, como a Amazônia, foi incentivada como uma política de colonização, de oferta de mão-de-obra barata para a burguesia da região e de contenção das "tensões sociais no campo".[47]

O período da ditadura empresarial-militar, por sua vez, foi especialmente intenso na consolidação desse projeto, tendo como orientador de suas práticas a ideologia desenvolvimentista. Até a década de 70, a busca pelo desenvolvimento não era refutada, apenas se pensava nas várias formas que ele poderia assumir.[48] Assim, houve um direcionamento dos esforços do Estado na expansão do capital, no favorecimento de grandes empresas e donos de terras e na implementação de grandes projetos de infraestrutura na região.[49] O objetivo era supostamente integrar o território amazônico ao espaço nacional, levar a modernidade capitalista a espaços já historicamente inseridos na expropriação de recursos durante o período colonial[50] e da dinâmica de comércio internacional,[51] porém ainda pouco explorados pela lógica do capital.[52]

Entretanto, principalmente a partir dos anos 1970 e 1980, políticas começaram a ser repensadas visando resolver determinados problemas resultantes das políticas de desenvolvimento econômico, especialmente a desigualdade socioeconômica e a destruição da natureza.[53] Diversos movimentos populares de povos tradicionais com longo histórico de luta ganham notoriedade, dentre eles o ambientalista e a luta dos seringueiros e dos povos indígenas, muitas vezes articuladas.[54] No entanto, os limites para se pensar alternativas no âmbito político-institucional estavam impostos: a partir dessa lógica, o problema eram as

---

[46] PAIVA, Ravena Araujo. Desenvolvimento e a amazônia em foco: história e poder. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 2, n. 5, jul. / dez. 2017.
[47] SECRETO, María Verónica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 40, p. 119, jul-dez. 2007.
[48] GIOVANELLI, Rafael Gandur. *Discurso de desenvolvimento no Supremo Tribunal Federal*: a participação indígena na autorização parlamentar para o aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Dissertação (Mestrado em Direito) - FGV-Direito, São Paulo, 2015.
[49] PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, 2017.
[50] GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, ago. 2002.
[51] COSTA, Francisco Pereira. *Para a chuva não beber o leite. Soldados da borracha*: imigração, trabalho e justiças na Amazônia, 1940-1945. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.
[52] PAIVA, desenvolvimento e a Amazônia em foco, *cit.*
[53] *Idem*.
[54] ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2004, v. 19, n. 55, jun. 2004.

políticas implementadas e não o sistema da qual elas se originavam e respondiam estruturalmente.[55] Surgem, assim, propostas de desenvolvimento sustentável, associadas a uma lógica de *capitalismo verde*, que repensa dentro do sistema alternativas supostamente menos danosas.[56]

O modo de operação do capitalismo na Amazônia ocorreu a partir de uma lógica progressista durante os governos Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2012-2016). Segundo Fábio Luis Barbosa dos Santos, os governos do Partido dos Trabalhadores no Brasil aprofundaram o legado colonial no país.[57] De acordo com o autor, a combinação entre dependência econômica para com os países centrais, superexploração do trabalho e devastação ambiental ditaram o progressismo no Brasil.[58] A ideologia do progresso, que sustentou as ações dos governos PT, mesmo considerando as diferenças evidentes entre governo Lula e Dilma, opera a partir da crença modernizadora de que sucessivas melhorias conduzirão à evolução da própria sociedade, no entanto, tais melhorias estão sempre inscritas nos limites do próprio capitalismo.

Assim, as políticas ambientais realizadas durante os governos do PT não apresentaram uma evolução em relação aos governos anteriores.[59] Ocorreu um avanço na construção de diversas hidrelétricas nos rios amazônicos, que eram avaliadas de acordo com o potencial de geração energética, operando a partir de uma avaliação tecnocrata/científica que se orienta a partir de métricas puramente numéricas, e desconsidera a biodiversidade e os modos de vida das populações tradicionais, bem como favorece as demandas de certos setores econômicos.[60]

Repensar o desenvolvimento não significou, nesse contexto, romper com a lógica capitalista na qual ele está inserido, seus padrões de produção, apropriação da natureza e consumo, mas reestruturá-lo de modo a perpetuar a dinâmica de expansão do capital contínua

---

[55] FREITAS, Rosana Carvalho Montinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012.

[56] ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 139-169, jan.-jun. 2006.

[57] SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante, 2018.

[58] *Ibidem*, Epílogo.

[59] LISBOA, Marijane Vieira. Balanço da política ambiental do governo Lula: grandes e duradouros impactos. *In*: DE PAULA, Marilene (Org.). *"Nunca antes na história desse país"...?*: um balanço das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro, RJ: Fundação Heinrich Böll, 2011.

[60] BERMANN, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n. 1, jun. 2012.

e infinita,[61] que é inerentemente predatória e destrutiva da natureza.[62] A natureza e os povos tradicionais continuaram sendo vistos como entraves à implementação de projetos de desenvolvimento necessários.[63] Desse modo, a imagem da Amazônia como um local a ser conquistado perpetuou-se no imaginário nacional, o que direcionou intervenções políticas que incorporaram essa última fronteira ainda não explorada através da implementação de um projeto modernizador.

A política implementada pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011) e Dilma Rousseff (2011-2016) tinha como um dos eixos o investimento público em projetos de infraestrutura. Tais investimentos vieram a se expandir especialmente com os aportes do Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES)[64], que beneficiaram grandes empresas brasileiras, principalmente do ramo da construção civil, e com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), implementado por meio de dois planos, com duração de quatro anos cada, O PAC 1 (2007-2010) e o PAC 2 (2010-2014), ambos com o objetivo de estimular investimentos privados no âmbito de projetos infraestruturais. Evidencia-se, portanto, que tanto o BNDES quanto o PAC, respondiam a um contexto em que forças sociais burguesas, associadas ao grande capital da construção civil, exerciam influência no âmbito governamental, de modo que articulavam o fornecimento de recursos financeiros estatais para a construção de infraestrutura tida como modernizadora e que as favoreciam pela construção e/ou gestão desses projetos. Dentre as políticas implementadas, com base nos aportes do Banco e pelo Programa, estão os grandes projetos de infraestrutura na Amazônia.[65]

Ainda, a implementação de grandes projetos na Amazônia é justificada pelo desenvolvimento nacional, porém, o favorecimento recai apenas a pequenas parcelas da elite econômica.[66] Tratando-se das hidrelétricas, argumenta-se que sua implementação é necessária para aumentar o fornecimento de energia para setores da população com acesso precário, o que limita o debate público sobre os seus custos ambientais e sociais. A energia

---

[61] BÜSCHER; FLETCHER, Accumulation by Conservation, *cit*.
[62] LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.
[63] MICHELOTTI; MALHEIRO, Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia, *cit*.
[64] MOREIRA, João Paulo de Oliveira. Lutas de Classes na Pan-Amazônia: a organização dos povos indígenas frente à atuação do BNDES. *Revista InSURgência*, Brasília, v.1, n. 2, p. 118-141, 2015.
[65] BORGES, Luciana Riça Mourão. Desenvolvimentismo e resistência no contexto de implantação de grandes projetos na Amazônia brasileira: a disputa territorial em torno das usinas hidroelétricas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 9, n. 18, p. 310-340, jul./dez. 2020.
[66] PAIVA, Desenvolvimento e a Amazônia em foco, cit.

gerada, no entanto, favorece setores econômicos específicos, como grandes consórcios de empresas, e almeja efetivar os interesses associados ao desenvolvimento capitalista, bem se articulam noções de "oportunidades para a inserção de novos investimentos",[67] utilizando recursos públicos, a partir da construção das hidrelétricas.

A partir da compreensão do Estado Ampliado, é necessário identificar os diferentes atores sociais interessados na aprovação de determinada política pública[68]. Somente assim é possível compreender as razões pelas quais, no caso das hidrelétricas, prevalece uma "ideia da privatização do domínio público, legitimada pelo próprio Estado, denotando a função do bem comum a todos – o recurso hídrico, a exemplo – para uso estritamente comercial".[69] Nesse caso específico, há uma articulação das demandas de interesse privado sobre o uso do território por parte dos grandes consórcios empresariais, que influenciam políticas e concessão de aportes financeiros através do Estado[70]. Desse modo, a relação histórica entre Estado e capital é perpetuada a partir da construção dos grandes projetos de infraestrutura, mantendo-se relações de apropriação dos recursos públicos e naturais pela esfera privada.[71]

Por outro lado, tem-se grandes custos ambientais e humanos, com alagamento de áreas de floresta, degradação da fauna e flora, alteração dos cursos de rios, e deslocamento de grandes contingentes populacionais, principalmente povos indígenas, ribeirinhos e quilombolas[72]. Nesse sentido, o governo Lula, em diferentes frentes relacionadas à preservação ambiental, como a construção de usinas hidrelétricas, agiu de modo a silenciar movimentos sociais e órgãos governamentais ligados a pautas ambientais, como o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Ministério do Meio Ambiente (MMA), e impedir o debate público em detrimento dos interesses de grupos econômicos, como ruralistas e as grandes empreiteiras[73]. Tais medidas evidenciam continuidades do relacionamento entre Estado, grupos de interesse capitalistas, que influenciam e determinam as ações estatais a partir do jogo de forças empreendido na luta de classes.

---

[67] BORGES, Desenvolvimentismo e resistência no contexto de implantação de grandes projetos na Amazônia brasileira, *cit*., p. 318.
[68] MENDONÇA, O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica, *cit*.
[69] BORGES, Desenvolvimentismo e resistência no contexto de implantação de grandes projetos na Amazônia brasileira, *cit*., p. 318.
[70] BORGES, Desenvolvimentismo e resistência no contexto de implantação de grandes projetos na Amazônia brasileira, *cit*.
[71] PAIVA, Desenvolvimento e a Amazônia em foco, *cit*.
[72] VERDUM, Ricardo. *As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), 2012.
[73] LISBOA, Balanço da política ambiental do governo Lula, *cit*.

Compreende-se, assim, que as políticas dos governos Lula e Dilma (2002-2016) perpassam por um aprofundamento da dependência centro-periferia e das desigualdades e por uma reafirmação da lógica capitalista, ancorada na ideologia do progresso. Os projetos hidrelétricos são de particular expressão de todos esses processos. Uma das mais emblemáticas construções, pelos conflitos e mobilizações nela engendradas, e pelos danos ambientais e sociais causados, é a usina de Belo Monte, na bacia do Rio Xingu, em Altamira-Pará. O histórico da construção da usina, suas relações com os programas de desenvolvimento e infraestrutura estatais, e suas consequências no âmbito econômico, ambiental e social, serão analisados na próxima seção. Propõe-se compreender a sua construção a partir de uma visão de continuidade de políticas de ocupação territorial, desapropriação de terra, acumulação primitiva, repressão violenta de revoltas, o que é estimulado pelo relacionamento entre Estado e capital.

5 A construção da Usina de Belo Monte: destruição do meio ambiente natural e social na Amazônia brasileira

Os estudos para avaliar a construção de um complexo de usinas hidrelétricas na Bacia do Xingu começaram em meados dos anos 1970, em pleno governo da ditadura empresarial-militar. Entretanto, a aceitação do projeto não foi pacífica, mesmo em um contexto de elevada violência política perpetrada pelo Estado. Respondendo também a um contexto mais amplo de invasão de terras e ausência de proteção jurídica sobre o território, foram articulados movimentos contestadores da execução dos projetos.[74] Os movimentos tiveram visibilidade internacional, o que "pressionou o Banco Mundial, que seria o agente financiador da obra, pressionado pelos organismos bilaterais, a recuar".[75] Porém, mesmo não concretizado, os estudos de viabilidade e potencial de geração de energia não foram descartados.

O projeto foi, então, retomado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) como uma aposta de exploração do potencial de energia elétrica supostamente limpa na Amazônia. Nesse momento, como já argumentado anteriormente, houve um movimento de "privatização das companhias estatais de energia",[76] o que favoreceu a iniciativa privada

[74] MELO, Kátia Maria dos Santos. Usina hidrelétrica de Belo Monte: lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 188-197, jan./abr. 2021.
[75] MELO, Kátia Maria dos Santos. *Lutas sociais e resistências na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*: a Amazônia no cenário da mundialização do capital. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016, p. 158.
[76] *Idem*.

ao possibilitar o controle, no caso de hidrelétricas, sobre recursos naturais estratégicos. Entretanto, as tentativas de estudo da Eletrobrás e Eletronorte foram barradas pelo Ministério Público Federal do Estado Pará em 2001 e só tiveram avanços durante os governos de Lula e Dilma, através da implementação de novos programas de desenvolvimento econômico.[77] Foi em 2005, quando os estudos da viabilidade da obra foram retomados, que o complexo de usinas recebeu o nome de Complexo Hidrelétrico de Belo Monte (CHEBM).[78]

Desde o início do governo Lula, "o Ministério de Minas e Energia, presidido à época por Dilma Rousseff, defendia internamente a tese de que seria inevitável a exploração do potencial hidrelétrico dos rios da Amazônia."[79] O argumento que sustentava o interesse, como evidenciado anteriormente, era a geração de energia supostamente limpa e renovável para possibilitar o desenvolvimento econômico nacional. Assim, ao incorporarem elementos de produtividade baseados na lógica do crescimento econômico, os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) projetaram o que seriam consideradas conquistas sociais de interesse público no simples desenvolvimento econômico, direcionado aos interesses burgueses.[80]

Assim, no ano de 2005 foi realizada uma alteração legislativa de relevância para compreender o papel do Estado na posterior construção da Usina. O Decreto Legislativo nº 788/2005 "suspendeu a obrigatoriedade constitucional de prévia consulta às comunidades afetadas, inclusive indígenas".[81] Tal medida demonstrou as disposições do governo brasileiro, suscitadas pelos interesses e pressões das companhias de energia, em materializar projetos a partir do silenciamento de movimentos contrários e impactados pelas construções. A partir da mudança legal, abriu-se espaço para a realização de novos estudos de viabilidade e potencial energético de hidrelétricas na Bacia do Xingu, que contou com participação de grandes empreiteiras interessadas no projeto: Andrade Gutierrez, Camargo Correa e Norberto Odebrecht, evidenciando o papel de entes privados no empreendimento.

Em relação à participação dos afetados pela construção de Belo Monte, os povos indígenas foram silenciados na decisão do Congresso Nacional que autorizou o empreendimento.[82] Portanto, é a partir da negação dos direitos das populações locais e dos povos tradicionais, e pelo suporte aos interesses corporativos, que se viabilizou a implementação de Belo Monte. Partindo de uma perspectiva do Estado Ampliado, a exclusão

---

[77] RODRIGUES, *Território e soberania na globalização, cit.*
[78] MELO, *Lutas sociais e resistências na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*. *cit.*
[79] LISBOA, Balanço da política ambiental do governo Lula, *cit.*, p. 23.
[80] SANTOS, Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016), *cit.*
[81] RODRIGUES, *Território e soberania na globalização, cit.*, p. 348.
[82] GIOVANELLI, *Discurso de desenvolvimento no Supremo Tribunal Federal*, *cit.*

das comunidades afetadas e a inclusão de grandes empreiteiras nos estudos de viabilidade, por exemplo, explicita um funcionamento do Estado a partir de quais forças sociais exerciam poder sobre ele nesse contexto. Além disso, demonstra esforços extra-econômicos para viabilizar a acumulação de capital na região a partir não só da construção da Usina, mas dos impactos gerados sobre as comunidades afetadas.

Nesse sentido, no contexto do planejamento e início da implementação de Belo Monte, destaca-se o crescente investimento previsto a ser empreendido, evidenciados pelos relatórios do PAC publicados ao longo dos anos. Segundo a Norte Energia,[83] que viabilizou a construção e opera a usina, foram investidos R$42 bilhões em sua construção, dos quais R$28 bilhões, equivalente a 66% do total, de recursos financeiros advindos do BNDES.[84] O montante fornecido pelo Estado brasileiro para a construção da Usina "permite entender porque as empresas passaram de proprietárias do empreendimento para construtoras da grande obra".[85] O movimento de articulação financeira favorece as empreiteiras envolvidas na construção, que recebem recursos ao mesmo tempo em que são blindadas pelo Estado, que assume os custos de implementação e gestão do empreendimento, bem como os custos ambientais e sociais causados em decorrência dele, evidenciando o papel protetivo que o Estado assume. Por outro lado, a participação do Estado enquanto investidor desses projetos, especialmente nas circunstâncias conflitivas e incertas de Belo Monte, funciona como uma garantia para que haja a participação de investidores privados, vendo-os como "uma espécie de capitalismo sem risco" e favorecendo o direcionamento de recursos para tais grupos de interesse.[86]

Em relação aos impactos ao meio ambiente natural, argumenta-se, repetidamente, que a hidrelétrica seria uma fonte de energia limpa, embora estudos realizados ainda em de outubro de 2007 pela ELETROBRAS, ELETRONORTE e MME, demonstraram que a construção da Usina resultaria em um reservatório de 440km².[87] Ademais, o represamento devido ao barramento das águas dos rios tem como consequências inúmeras alterações negativas no meio ambiente natural, como a alteração dos ciclos hidrológicos, transformando completamente a dinâmica das vidas - humanas e não humanas - dependentes do rio em

[83] A Norte Energia venceu o leilão de concessão de Belo Monte em 2010, constituindo uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) inicialmente composta por 18 empresas (BERMANN, 2012). Entretanto, várias delas saíram do consórcio e, atualmente, o Grupo ELETROBRAS (ELETROBRAS, CHESF e ELETRONORTE), detém 49,98% da Norte Energia (NORTE ENERGIA, 2021).
[84] NORTE ENERGIA. *Apresentação Institucional*. Brasília: Norte Energia, 2020.
[85] MELO, *Lutas sociais e resistências na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*, *cit*., p. 164.
[86] RODRIGUES, *Território e soberania na globalização*, *cit*., p. 340.
[87] *Ibidem*.

questão.[88] A mudança no meio ambiente natural gera consequências sentidas pelos habitantes daquele local, modificando radicalmente seus modos de vida, o que dialoga com a outra face dos processos de desterritorialização e violência sistemática perpetrados pelo Estado.[89]

Tais processos evidenciam esforços extra-econômicos para possibilitar um processo de acumulação primitiva através da construção da Usina. Sendo a maioria da população próxima a Belo Monte formada por indígenas, ribeirinhos e descendentes de indígenas,[90] a ruptura entre seus modos de vida configura um processo extremamente violento, impedindo, assim, que sua herança cultural seja transmitida a seus descendentes e que consigam utilizar os recursos de seus territórios para reprodução da vida. Nesse processo, "1.934 famílias foram cadastradas para remoção no meio rural-ribeirinho até janeiro de 2015"[91] para que as obras pudessem ser realizadas. Para além da discricionariedade envolvida em algumas remoções compulsórias, o processo de reassentamento foi realizado para áreas consideradas não adequadas, sem provisão de serviços públicos apropriados, além de que isso ocasionou na fragmentação das relações sociais, econômicas e culturais locais, rompendo laços comunitários, impedindo a continuidade de atividades econômicas que garantiam o sustento de muitas famílias e rompendo com os processos de resistência comum já constituído. Além disso, esse processo também passa pela privatização dos recursos hídricos e sua transformação em mercadoria.[92]

Nesse sentido, significa também impor uma sociabilidade baseada na despossessão dos habitantes da região de seus meios de produção, fazendo com que os esforços dos grupos de interesse, mediante a ação Estatal, resultassem tanto na evacuação forçada de determinados grupos, quanto com que fossem deixados senão com a alternativa se inserirem em atividades econômicas mediante a venda de sua força de trabalho. Como argumenta Whitehead, tratando de outro processo de construção de uma barragem:

---

[88]ALBUQUERQUE FILHO, José Luiz; SAAD, Antonio Roberto; ALVARENGA, Marissa Chiareli. Considerações acerca dos impactos ambientais decorrentes da implantação de reservatórios hidrelétricos com ênfase nos efeitos ocorrentes em aquíferos livres e suas consequências. *Geociências*, São Paulo, v. 29, n. 3, 2010.

[89] MICHELOTTI; MALHEIRO, Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia, *cit*.

[90] MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 20, n. 37, p. 195-215, mai./ago. 2017.

[91] PADINHA, Marcel Ribeiro. *Grandes objetos na amazônia*: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. 2017. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017. p. 318.

[92] RODRIGUES, *Território e soberania na globalização, cit.*

> [...] o 'cercamento de recursos', incluindo água, não é um custo oculto, mas uma característica integral de grandes projetos de barragens. Sua própria tecnologia, com áreas de submersão inundando territórios inteiros de grupos étnicos, faz deles um dos meios mais robustos de quebrar regimes de propriedade comuns em terras, florestas e 'recursos hídricos'.[93]

Ademais, a atividade mineradora,[94] de caçadores e pescadores ilegais se intensificou na região, bem como evidenciou-se um aumento da atividade madeireira em decorrência da construção da usina, especialmente em territórios indígenas.[95] Evidencia-se, assim, a articulação de processos de acumulação na região, possibilitados por meios extra-econômicos.

No entanto, durante todo o curso do projeto houve muita resistência à construção, sempre combatida com violência sistemática, sendo eclipsada pelo Estado. Nesse sentido:

> identificou-se as formas coercitivas que ameaçam as forças de resistência, materializadas pelos registros de violência, sobretudo, envolvendo a execução de lideranças na região, como o assassinato em 2001, em Altamira, de Ademir A, Federicci, conhecido como Dema, que coordenava o Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX) que combatia o projeto da UHEBM; o homicídio da religiosa estadunidense Dorothy Stang, em 2005, no município de Anapu, e, em 2011, o duplo assassinato do casal estrativista Maria do Espírito Santo e José Cláudio Ribeiro, no município de Nova Ipixuna, que lutavam contra a invasão dos madeireiros e pelo direito à terra.[96]

Além disso, mesmo com a discricionariedade envolvida no processo de construção da usina, foram identificadas diversas resistências a nível local, nacional e global. Inseridos em uma dinâmica capitalista de intensa exploração de trabalho, os trabalhadores contratados pelo Consórcio Construtor iniciaram uma greve e se rebelaram pelo regime de trabalho, ausência de direitos e falta de pagamentos. Muitos, que nunca haviam constituído greves e não eram sindicalizados, foram demitidos e tiveram suas reivindicações impedidas pela

---

[93] "[…] the 'enclosure of resources' including water, is not a hidden cost, but an integral feature of large dam projects. Their very technology, with submergence areas flooding entire territories of ethnic groups, makes them one the most robust means of breaking common property regimes in land, forest and water 'resources'". WHITEHEAD, Space, Place and Primitive Accumulation in Narmada Valley and Beyond, *cit*., p. 4227, tradução nossa.

[94] Ressalta-se o projeto da mineradora canadense Belo Sun, que pretende implantar o projeto Volta Grande do Xingu, a maior mina de exploração de ouro do Brasil, próximo a Belo Monte, se beneficiando da energia produzida por ela. Apesar de já estar em fase de construção, o licenciamento foi suspenso pela Justiça Federal e permanece em vias judiciais, com intensa resistência dos povos indígenas impactados (REDE XINGU+, *Mineração Volta Grande (Belo Sun)*. Altamira: Rede Xingu+, 2021).

[95] PADINHA, *Grandes objetos na amazônia*, *cit*.

[96] MELO, *Lutas sociais e resistências na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*, *cit*., p. 192.

justiça.[97] Assim, é possível visualizar tanto as dinâmicas que resistem ao grande projeto, ao avanço do capitalismo e à dinâmica de exploração, quanto do uso do aparelho Estatal para impedir que elas florescessem.

Portanto, compreende-se que a luta contra a construção de Belo Monte se deu a partir de um conjunto de resistências, protagonizadas por múltiplos atores e realizadas a partir de diversas frentes. Se por um lado a organização das populações afetadas não foi capaz de impedir a implementação da Usina, por outro, o atraso provocado na construção da obra representou por si só uma vitória daqueles que resistiram.

6 Considerações finais

Conclui-se, assim, que o Estado, compreendido de maneira ampliada a partir da disputa de grupos sociais por controle de seus aparatos e hegemonia, foi um ente indispensável para defender o interesse do capital em processos de extração mineral e outros empreendimentos, como os de geração de energia, realizados majoritariamente por empresas associadas ao capitalismo (trans)nacional. Tais atores apoiam-se na já mencionada retórica de defesa do *interesse geral*, que coaduna com o pretexto de que tais atividades são essenciais para o *desenvolvimento econômico nacional*, lógica característica de uma ideologia do progresso, sob a qual os governos petistas se ampararam, para concretizar processos de interesse do capital na Amazônia. Tal *desenvolvimento* pauta-se nas métricas do capital, ignorando parâmetros essenciais da reprodução da vida humana.

Ao transformar elementos naturais em recursos a serem explorados e através da compreensão de que a Amazônia é passível de expropriação para que a expansão capitalista ocorra, o projeto de Belo Monte tornou-se possível. Assim, sua construção valeu-se dos três processos pelos quais ocorreu a expansão dos domínios do capital, são eles: a pilhagem; a dominação da terra e o controle do território; e a violência e a devastação sistemáticas. A construção da Usina envolveu o direcionamento de esforços extra-econômicos para a acumulação de capital, de modo a impor uma sociabilidade capitalista mediante a exploração do trabalho e exploração da natureza. Por outro lado, também envolveu um processo de *reprodução ampliada* do capital ao possibilitar a centralização e acumulação de capital em

[97] CAMPOS, Cauê Vieira. *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC*: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte, 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016.

grupos econômicos específicos, a dizer as grandes empresas de construção civil e de geração energética, que exerciam influência sobre os aparatos burocráticos e políticos do Estado.

Referências Bibliográficas

ADAMS, José Rodrigo Barth; PFEIFER, Mariana. O Estado ampliado de Gramsci. *Mosaico Social*, v. 3, n. 3, p. 239-248, 2006. Disponível em: https://cienciassociais.paginas.ufsc.br/files/2015/03/Artigo-162.pdf. Acesso em: 02 jul.2022.

ALBUQUERQUE FILHO, José Luiz; SAAD, Antonio Roberto; ALVARENGA, Marissa Chiareli. Considerações acerca dos impactos ambientais decorrentes da implantação de reservatórios hidrelétricos com ênfase nos efeitos ocorrentes em aquíferos livres e suas consequências. *Geociências*, São Paulo, v. 29, n. 3, p. 355-367, 2010. Disponível em: https://www.revistageociencias.com.br/geociencias-arquivos/29_3/07_Albuquerque%20Filho.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

ALMEIDA, Mauro W. Barbosa de. Direitos à floresta e ambientalismo: seringueiros e suas lutas. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2004, v. 19, n. 55, p. 33-52, jun. 2004. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/9hyLqvGyMWs9xBy5b8QMvVh/?lang=pt#. Acesso em: 26 jan. 2021.

BERMANN, Célio *et al. Usinas hidrelétricas na Amazônia – o futuro sob as águas*. *In*: Seminário Políticas públicas e obras de infra-estrutura na Amazônia, 2010, Brasília. *Anais* [...] Brasília: Inesc, 2010, p. 1-37. Disponível em: http://www.iee.usp.br/sites/default/files/biblioteca/producao/2010/Trabalhos/bermannusinas.pdf. Acesso em: 7 set. 2021.

BERMANN, Célio. O projeto da Usina Hidrelétrica Belo Monte: a autocracia energética como paradigma. *Novos Cadernos NAEA*, v. 15, n.1, p. 5-23, jun. 2012. Disponível em: http://novoperiodicos.ufpa.br/periodicos/index.php/ncn/article/view/895. Acesso em: 2 set. 2021.

BORGES, Luciana Riça Mourão. Desenvolvimentismo e resistência no contexto de implantação de grandes projetos na Amazônia brasileira: a disputa territorial em torno das usinas hidroelétricas do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). *Monções: Revista de Relações Internacionais da UFGD*, Dourados, v. 9, n. 18, p. 310-340, jul./dez. 2020. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/moncoes/article/view/12181. Acesso em 14 jun. 2021.

BRANDÃO, Carlos. Acumulação primitiva permanente e desenvolvimento capitalista no Brasil contemporâneo. *In*: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; ACSERALD, Henri *et al*. (orgs.). *Capitalismo globalizado e recursos territoriais*: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010. cap. 2, p. 39-69.

BÜSCHER, Bram; FLETCHER, Robert. Accumulation by Conservation. *New Political Economy*, v. 20, n. 2, 2015, p. 1-21.

CAMPOS, Cauê Vieira. *Conflitos trabalhistas nas obras do PAC: o caso das Usinas Hidrelétricas de Jirau, Santo Antônio e Belo Monte*, 2016. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. Disponível em: http://www.repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/305054/1/Campos_Caue_M.pdf. Acesso em: 14 set. 2021.

COLITO, Maria Clementina E. A Construção de Usinas Hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço: comunidades rurais ameaçadas pela U.h. de Jataizinho - Rio Tibagi/Pr. *Serviço Social em Revista*, v. 2, n. 2, jan./jun. 2000. Disponível em: https://www.uel.br/revistas/ssrevista/c_v2n2_usinas.htm. Acesso em: 10 set. 2021.

COSTA, Francisco Pereira. *Para a chuva não beber o leite. Soldados da borracha*: imigração, trabalho e justiças na Amazônia, 1940-1945. 2014. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-18052015-161536/pt-br.php. Acesso em: 27 jan. 2021.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298810100020501. Acesso em: 22 jun. 2022.

COX, Robert W. Gramsci, hegemony and international relations: an essay in method. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 12, n. 2, p. 162-175, 1983. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/03058298830120020701. Acesso em: 23 jun. 2022.

DE ANGELIS, Massimo. Marx and primitive accumulation: The continuous character of capital's "enclosures". *The Commoner*, v. 2, p. 1-22, set. 2001. Disponível em: https://thecommoner.org/wp-content/uploads/2019/10/Marx-and-primitive-accumulation-deAngelis.pdf. Acesso em: 15 jun. 2022.

FREITAS, Rosana Carvalho Montinelli; NÉLSIS, Camila Magalhães; NUNES, Letícia Soares. A crítica marxista ao desenvolvimento (in)sustentável. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 15, n. 1, p. 41-51, jan./jun. 2012. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/S1414-49802012000100005. Acesso em: 15 jun. 2021.

GADELHA, Regina Maria A. Fonseca. Conquista e ocupação da Amazônia: a fronteira Norte do Brasil. *Estudos Avançados*, v. 16, n. 45, p. 63-80, ago. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/tJZSwwSYKNrtVLJ9Wp4JQvH/?lang=pt#. Acesso em: 12 jan. 2021.

GIOVANELLI, Rafael Gandur. *Discurso de desenvolvimento no Supremo Tribunal Federal*: A participação indígena na autorização parlamentar para o aproveitamento hidrelétrico Belo Monte. Dissertação (Mestrado em Direito) - FGV-Direito, São Paulo, 2015. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/13723. Acesso em: 19 jun. 2022.

GLASSMAN, Jim. Primitive accumulation, accumulation by dispossession, accumulation by ‘extra-economic’ means. *Progress in Human Geography*, v. 30, n. 5, p. 608-625, 2006. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0309132506070172. Acesso em: 23 jun. 2022.

GONER, Ozlem; REBELLO, Joseph T. State violence, nature, and primitive accumulation: dispossession in Dersim. *Dialectical Anthropology* , v. 41, n. 1, p. 33-54, mar. 2017. Disponível em: https://link.springer.com/article/10.1007/s10624-016-9440-7. Acesso em: 26 jun. 2022.

HARVEY, David. *A Produção Capitalista do Espaço*. Trad. Carlos Szlak. São Paulo: Annablume, 2005.

HERVÁS, Ismael De La Villa. La producción del espacio social en la Amazonía brasileña a través de las represas hidroeléctricas: El caso del conflicto de Belo Monte. *Relaciones Internacionales*, v. 45, p. 185-204, out. 2020. Disponível em:https://revistas.uam.es/relacionesinternacionales/article/view/11582. Acesso em: 27 jun. 2022.

LISBOA, Marijane Vieira. Balanço da política ambiental do governo Lula: grandes e duradouros impactos. *In*: DE PAULA, Marilene (Org.). *“Nunca antes na história desse país”...?* : um balanço das políticas do governo Lula. Rio de Janeiro, RJ:

Fundação Heinrich Böll, 2011. Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/livro_nunca_antes_na_historia_desse_pais1.pdf. Acesso em: 26 jul. 2021.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. Amazônia: uma história de perdas e danos, um futuro a (re)construir. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 107-121, ago. 2002. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/9872/11444. Acesso em: 27 jul. 2021.

LÖWY, Michael. *O que é ecossocialismo?* 2 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2014.

MAIA, Ricardo Eduardo de Freitas; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz; CALVI, Miquéias Freitas. Dilemas do processo de desterritorialização de famílias atingidas por grandes projetos na Volta Grande do Xingu, Pará, Brasil. *Revista NERA*, Presidente Prudente, v. 20, n. 37, p. 195-215, mai./ago. 2017. Disponível em: https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/4050. Acesso em: 13 set. 2021.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. *In*: MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 514-541. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2547757/mod_resource/content/1/MARX%2C%20Karl.%20O%20Capital.%20vol%20I.%20Boitempo..pdf. Acesso em: 16 jun. 2022.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã:* Crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas. Trad. Rubens Enderle, Nélio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MEIRELLES FILHO, João Carlos de Souza. É possível superar a herança da ditadura brasileira (1964-1985) e controlar o desmatamento na Amazônia? Não, enquanto a pecuária bovina prosseguir como principal vetor de desmatamento. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humana*s, v. 9, n. 1, p. 219-241, jan.-abr. 2014. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/bQNMYhCDLkvQCTHBZkcYf4v/?format=pdf&lang=pt. Acesso em: 4 set. 2021.

MELO, Kátia Maria dos Santos. *Lutas sociais e resistências na área de influência da Usina Hidrelétrica de Belo Monte*: a Amazônia no cenário da mundialização do capital. Tese (Doutorado em Política Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2016. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/22142. Acesso em: 14 jun. 2021.

MELO, Kátia Maria dos Santos. Usina hidrelétrica de Belo Monte: lutas sociais e resistência na Amazônia Paraense. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 24, n. 1, p. 188-197, jan./abr. 2021. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/75250. Acesso em: 12 jun. 2021.

MENDONÇA, Sônia Regina de. O Estado Ampliado como Ferramenta Metodológica. *Marx e o Marxismo*, v.2, n.2, p. 27-43, jan/jul 2014. Disponível em: https://www.niepmarx.blog.br/revistadoniep/index.php/MM/article/view/35. Acesso em: 1 jul. 2022.

MENDONÇA, Sônia Regina de. Estado e poder no brasil: abordagens teórico-metodológicas. In: ANPUH – XXII Simpósio Nacional de História – João Pessoa, 2003. *Anais* [...]. João Pessoa: 2003. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548177542_bae2f56c92c59ef1e546cc12ced3f109.pdf. Acesso em: 1 jul. 2022.

MICHELOTTI, Fernando; MALHEIRO, Bruno. Questão agrária e acumulação por espoliação na Amazônia. *Revista da ANPEGE*, v. 16, n. 29, p. 641-680, 2020. Disponível em: https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/12495/pdf. Acesso em: 19 jul. 2021.

MOREIRA, João Paulo de Oliveira. Lutas de Classes na Pan-Amazônia: A organização dos povos indígenas frente à atuação do BNDES. *Revista InSURgência*, Brasília, v.1, n. 2, p. 118-141, 2015. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/insurgencia/article/view/18880. Acesso em: 24 fev. 2021.

NORTE ENERGIA. *Apresentação Institucional*. Brasília: Norte Energia, 2020. Disponível em: https://api.mziq.com/mzfilemanager/v2/d/6d83c9c0-ab0e-4821-9599-0a3f5af7af43/c6b323cc-82bd-d50d-a821-c9fab0c18ebe?origin=1. Acesso em: 12 set. 2021.

NORTE ENERGIA. *Composição acionária*. Brasília: Norte Energia, 2021. Disponível: https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/norte-energia/composicao-acionaria. Acesso em: 11 set. 2021.

OLIVEIRA, Nathalia Capellini Carvalho de. A grande aceleração e a construção de barragens hidrelétricas no Brasil. *Varia Historia*, Belo Horizonte, v. 34, n. 65, p. 315-346, mai./ago. 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/j/vh/a/ChCpxyx8Xg6w74xRTmNBRvJ/?lang=pt&format=pdf. Acesso em: 10 set. 2021.

PADINHA, Marcel Ribeiro. *Grandes objetos na Amazônia*: das velhas lógicas hegemônicas às novas centralidades insurgentes, os impactos da Hidrelétrica de Belo Monte às escalas da vida. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2017. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/handle/11449/154150. Acesso em: 10 set. 2021.

PAIVA, Ravena Araujo. Desenvolvimento e a Amazônia em foco: história e poder. *Áltera – Revista de Antropologia*, João Pessoa, v. 2, n. 5, p. 84-103, jul. / dez. 2017. Disponível em: https://periodicos.ufpb.br/index.php/altera/article/view/37385. Acesso em: 13 jun. 2021.

PRIETO, Gustavo Francisco Teixeira. A aliança entre terra e capital na ditadura brasileira. *Mercator*, Fortaleza, v. 16, 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/mercator/a/XLfjxSkqJSjjgbWB9xwJTmd/?lang=pt#. Acesso em: 13 set. 2021.

RAMALHO, Cristiano Wellington Noberto. A natureza da natureza em Marx. *Revista TOMO*, São Cristóvão, v. 17,p. 153-181, jul./dez. 2010. Disponível em: https://seer.ufs.br/index.php/tomo/article/view/512. Acesso em: 2 jul. 2022.

REDE XINGU+. *Mineração Volta Grande (Belo Sun)*. Altamira: Rede Xingu+, 2021. Disponível em: https://xingumais.org.br/obra/mineracao-volta-grande-belo-sun. Acesso em: 12 set. 2021.

ROBINSON, Cedric J. Racial Capitalism: The Nonobjective Character of Capitalist Development. *In*: ROBINSON, Cedric J. Black marxism: the making of the Black radical tradition. 3 ed. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2020, p. 9-28.

RODRIGUES, Edmilson Brito. *Território e soberania na globalização:* Amazônia, jardim de águas sedento. Tese (Doutorado em Geografia Humana) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8136/tde-22112010-164131/en.php. Acesso em: 19 jun. 2021.

SAITO, Kohei. Primitive Accumulation as the Cause of Economic and Ecological Disaster. *In*: MUSTO, Marcello (ed.). *Rethinking Alternatives with Marx*: Economy, Ecology and Migration. Gewerbestrasse: Palgrave Macmillan, 2021, p. 93-112.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. *Uma história da onda progressista sul-americana (1998-2016)*. São Paulo: Elefante, 2018.

SECRETO, María Verónica. A ocupação dos "espaços vazios" no governo Vargas: do "Discurso do rio Amazonas" à saga dos soldados da borracha. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 40, jul-dez. 2007, p. 115-135. Disponível em: https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1288. Acesso em: 21 jun. 2022.

SEFERIAN, Gustavo; MARQUES, Bruna Maria Expedito. Acumulação primitiva, luta de classes e direito do trabalho: olhares ecossocialistas para a ofensiva capitalista contemporânea e as consequentes contrarreformas trabalhistas no Brasil. *Revista eletrônica do Tribunal Regional do Trabalho da Bahia*, Salvador, v. 9, n. 12, p. 133-151, ago. 2020. Disponível em: https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/180910. Acesso em: 14 jun. 2022.

SHILLIAM, Robbie. Hegemony and the Unfashionable Problematic of 'Primitive Accumulation'. *Millennium: Journal of International Studies*, v. 32, n.1, p. 59-88, 2004. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/03058298040330010301?journalCode=mila. Acesso em: 13 jun. 2022.

VERDUM, Ricardo. *As obras de infraestrutura do PAC e os povos indígenas na Amazônia Brasileira*. Brasília: Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), 2012. Disponível em: http://amazonia.org.br/wp-content/uploads/2012/10/Obras-de-Infraestrutura-do-PAC-e-Povos-Indigenas.pdf. Acesso em: 15 jun. 2021.

WHITEHEAD, Judy. Space, Place and Primitive Accumulation in Narmada Valley and Beyond. *Economic and Political Weekly*, v. 38, n. 40, p. 4224-4230, out. 2003. Disponível em: https://www.epw.in/journal/2003/40/perspectives/space-place-and-primitive-accumulation-narmada-valley-and-beyond.html. Acesso em: 3 jul. 2022.

ZHOURI, Andréa. O ativismo transnacional pela Amazônia: entre a ecologia política e o ambientalismo de resultados. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 12, n. 25, p. 139-169, jan.-jun. 2006. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ha/a/9mSxZh8QFrzKrq4jQPyMHwF/?lang=pt#. Acesso em: 23 fev. 2021.

Como citar este artigo: CUNHA, Brunno Victor Freitas; FERRAZ, Izabella Santarelli. Rastros e ruínas da mercantilização da natureza: o Estado e a expansão do capital na Amazônia brasileira a partir da construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte. *Revista de Ciências do Estado*, Belo Horizonte, v. 7, n. 2, p. 1–27, 2022.

Recebido em 15.09.2021

Publicado em 21.07.2022

Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional